

**PANDEMIA E FRONTEIRAS: OITO MESES EM EVOLUÇÃO NO BRASIL<sup>1,2</sup>****Bolívar Pêgo**

Coordenador-Geral de pesquisa em questões regionais, urbanas e ambientais na Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (Dirur) do Ipea e coordenador da pesquisa Fronteiras do Brasil: uma avaliação de política pública.

**Rosa Moura**

Profissional Sênior na Dirur do Ipea e coordenadora técnica da nota técnica.

**Caroline Krüger**

Pesquisadora na Dirur/Ipea.

**Gustavo Ferreira**

Pesquisador na Dirur/Ipea.

**Líria Nagamine**

Pesquisadora na Dirur/Ipea.

**Maria Nunes**

Pesquisadora na Dirur/Ipea.

**Paula Moreira**

Pesquisadora na Dirur/Ipea.

DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/ntdirur22>

**Objetivo**

Em continuidade à Nota Técnica (NT) nº 16/2020, que discorreu sobre os meses iniciais da pandemia do novo coronavírus, fechando o período de análise em 15 de abril de 2020, a presente análise coloca em foco a evolução da pandemia nas faixas de fronteira e nos demais municípios brasileiros, com ênfase na fronteira terrestre. Tem como objetivo dar continuidade às análises realizadas, buscando avaliar os principais desafios e conflitos nos municípios brasileiros, particularmente os das faixas de fronteiras terrestre e litorânea, em função deste advento, após oito meses de trajetória da pandemia no Brasil.

**Metodologia**

As análises baseiam-se em pesquisa exploratória de dados quantitativos e qualitativos, disponibilizados pelas principais fontes de governo e instituições de pesquisa e monitoramento da Covid-19 no Brasil, bem como pela revisão de bibliografia especializada. Tem como período de análise da oficialização do primeiro caso no país até 30 de novembro de 2020.

**Análises**

O estudo procura responder como evoluíram os números de propagação e de óbitos do novo coronavírus na fronteira brasileira, quais os principais efeitos sobre as cidades da tendência de flexibilização de medidas de reabertura econômica e, em específico, pela reabertura da fronteira. Colocam-se em destaque os índices de

1. Esta Nota Técnica é produto da pesquisa Fronteiras do Brasil: uma avaliação de política pública, desenvolvida na Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (Dirur) do Ipea.

2. A equipe agradece as importantes contribuições dadas ao texto pelos pareceristas César Nunes de Castro e Israel de Oliveira Andrade, eximindo-os de qualquer responsabilidade quanto a possíveis erros e/ou omissões.

casos e de óbitos nos municípios da fronteira terrestre, em face das especificidades relações transfronteiriças, particularmente na questão indígena, tendo em vista a ausência de acordos bilaterais específicos ao atual estado de emergência sanitária e à possibilidade de novas pandemias.

Envolto em um cenário de disputa e de priorização de medidas econômicas para o enfrentamento do novo coronavírus no Brasil, a análise dos números de propagação e de óbitos na faixa de fronteira terrestre demonstrou uma curva ascendente, alguns sinais de arrefecimento, seguidos de retomada da propagação e dos óbitos na faixa de fronteira litorânea.

A pandemia na fronteira com os países sul-americanos foi tratada em sua especificidade a partir de três aspectos. No primeiro, com relação às medidas de restrição à mobilidade entre países vizinhos, analisou-se a efetividade para o controle da transmissão pelo fechamento das fronteiras (aéreas, marítimas e terrestres) e seus protocolos. Também se trouxe à luz o processo atual de reabertura das fronteiras terrestres, pelo qual se identificam questões relativas aos impactos nas relações entre os residentes fronteiriços das cidades gêmeas. No segundo, por meio de análise quantitativa de registro de casos e óbitos, localiza-se o contexto da propagação mediante os índices de países latino-americanos e se identifica a incidência nos arranjos transfronteiriços e cidades das fronteiras, em função dos quais é possível a reflexão quanto à necessidade de medidas específicas de acordos bilaterais em situações de pandemia. No terceiro aspecto, dada outra especificidade da faixa de fronteira nos arcos Norte e Central – esta referente à incidência considerável de população indígena, inclusive com relações transfronteiriças –, analisam-se as principais questões decorrentes da célere propagação do novo coronavírus nas comunidades indígenas. Abordam-se a alta vulnerabilidade desses povos a contágios de doenças de modo geral e a relação com os impactos causados pelo processo de expansão econômica nas regiões Norte e Centro-Oeste.

## Resultados

Os resultados apontam, conforme o título desta NT, que os últimos oito meses foram marcados pela ascensão da curva, quase estabilização e reascensão em diferentes momentos nas várias regiões do país.

Nesse contexto, cabe considerar que a cartografia da evolução da presença do vírus no período analisado, com base na configuração de 30 de novembro de 2020, expressa duas evidências em sua trajetória: i) a propagação do vírus em um desenho cuja abrangência atinge praticamente todo o território brasileiro, deixando dúvidas quanto à existência de áreas isoladas no país; e ii) um elevado número de casos e de óbitos ao longo de toda a faixa de fronteira marítima e terrestre brasileiras, ressaltando a necessidade de um olhar particular para as relações transfronteiriças que ocorrem entre as cidades de ambos os lados da fronteira terrestre, especialmente nesses arranjos.

O fechamento da fronteira, que demonstra não ter sido suficiente para conter o avanço da pandemia na região, constituiu muito mais em ação de cerceamento das relações cotidianas e institucionais das cidades, devendo-se averiguar se não teria sido ele próprio, pelo contrário, um dos causadores desse avanço, na medida em que alguns serviços públicos, como os de saúde, são compartilhados entre as cidades de ambos os lados da divisa internacional.

Além disso, a particularidade transfronteiriça requer, também, um olhar específico sobre a questão da vulnerabilidade dos povos indígenas nas fronteiras em função da disseminação do vírus em seus territórios e aldeias isoladas, expondo formas de expansão predatória do capital pela mineração e desflorestamento. Expôs, também, a ineficácia de instrumentos voltados à redução dos riscos de contaminação dos povos indígenas constantes no Plano de Contingência Nacional elaborado para estas comunidades.

SUMÁRIO EXECUTIVO